

## Sobre as relações entre trabalho de pesquisa e contribuição à efetivação da cidadania junto a comunidades tradicionais

David Junior de Souza Silva

Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Doutorando pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás- IESA/UFG

E-mail: davi\_rosendo@live.com

### 1 Introdução

Esta comunicação reflete sobre a epistemologia e metodologia de pesquisa posta em prática na análise da mobilização social e política de uma comunidade negra rural na Amazônia Brasileira. A comunidade em questão trata-se do Quilombo do Rosa, localizada no estado do Amapá, região norte da Amazônia.

Duas questões centrais orientam a reflexão aqui proposta: a primeira, a questão sobre como é vivida a subjetivação como *remanescente quilombola* para a comunidade do Rosa, diante das políticas públicas federais sobre a cidadania quilombola e dos tratados internacionais, como a Convenção 169 da OIT; a segunda, a indagação sobre como a relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa pode contribuir para esta efetivação da cidadania quilombola, ou no mínimo não atrapalhá-la.

Ambas questões se justificam tendo em vista as recentes reflexões sobre o potencial caráter e efeito objetificador da relação pesquisador e sujeitos da pesquisa, tal como construída pela ciência social moderna, em resumo, refletindo a relação de objetificação e dominação imposta pela Europa ao restante do mundo. A ciência social desenvolveu-se dentro e como parte do projeto de colonização e imperialismo europeu sobre o mundo, e dentro da correspondente ideologia do eurocentrismo.

O desafio epistemológico que se apresenta hoje aos pesquisadores interessados na promoção da cidadania e emancipação humana é o de superar este conteúdo colonial de suas pesquisas, da relação pesquisador e sujeitos da pesquisa, de forma a que sua prática como pesquisador e os resultados de suas pesquisas realmente contribuam para a cidadania dos sujeitos sobre quem se escreve, em vez de inadvertidamente reforçar-lhe a subordinação; e de refletir qual o lugar e a potencialidade da ciência social numa concepção de pesquisa orientada por estes princípios.

Como referencial teórico, muitos marcos podem ser citados na formulação desta crítica e da necessidade de transformação do *ethos* científico, aqui citaremos apenas as

epistemologias decoloniais, como Ramón Grosfoguel (2016), e o trabalho de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), como norteadores desta reflexão.

A reflexão aqui apresentada pretende discutir prescrições metodológicas viáveis, não apenas recomendações na forma da execução da pesquisa, para que o trabalho de pesquisa efetivamente contribua para promoção da cidadania das populações com as quais trabalhamos. Propõe-se, portanto, não recomendações ao pesquisador, mas uma reestruturação da metodologia científica de modo a incorporar elementos necessários à esta feitura de uma pesquisa que contribua de fato, e não apenas no discurso ou nas intenções, com a promoção da cidadania.

Esta comunicação discute a experiência do autor em sua pesquisa junto a uma comunidade remanescente quilombola na Amazônia setentrional brasileira, conhecida como Quilombo do Rosa, guiada por esta preocupação, marcada, todavia, por erros e acertos, dúvidas e questões ainda sem resposta.

## **2 O desafio epistemológico: pensando o lugar de aliado**

Fazer pesquisa sobre a realidade de populações subalternizadas traz como primeiro imperativo respeitar o protagonismo destas populações sobre seu destino e respeitar seus lugares de fala (MOMBAÇA, 2017) como primeiro elemento e elemento imprescindível para garantia da cidadania.

Os desafios que se colocam para o fazer científico dos sujeitos historicamente vítimas do processo de colonização e do fazer científico dos sujeitos que não são as vítimas diretas destes processos nem dos sistemas de opressão estrutural, são ambos desafios muito diferentes.

O sujeito historicamente vítima de opressões de caráter estrutural tem desafios específicos a enfrentar ao se apropriar das ferramentas de produção de conhecimento e discursivas da ciência, considerando a constituição eurocêntrica desta. Uma apropriação sem reflexão destes instrumentos pode resultar em um discurso sobre a realidade, que por mais que venha de um sujeito subalterno – no sentido de Spivak (2010) -, ao ser mediado pela ciência, pode vir a reproduzir estruturas de opressão, estigmatização e violência contra seus próprios pares.

Para os pesquisadores que não são protagonistas das lutas sobre as quais pesquisam, cabem considerações que não são apenas éticas, mas sobre aspectos da condução de sua pesquisa que, se não pensados, podem reproduzir a exploração e subalternização contra os grupos cuja realidade pesquisa, ao invés de fortalecer a luta.

A primeira delas é, por anticientífico que pareça, submeter sua pesquisa aqueles que são os interesses e posições políticas da própria comunidade. Uma pesquisa que estabeleça de fora da realidade da população estudada aqueles que seriam os temas mais importantes para sua realidade, e imponha de fora essa consideração, tende a ser uma pesquisa que reproduza a condição de subalternidade e privação ou desvalorização da voz desta população. Esta atitude reforça a posição autoritária de pesquisadores e reproduz a subalternidade da população em questão, secundarizando sua voz ou silenciando-a completamente.

As populações, sejam quais forem, tem de ter autonomia e voz na decisão do que desejam que os pesquisadores trabalhem sobre suas realidades. A exclusão dessa possibilidade de decisão, sob qualquer justificativa, incluso aquela de que o pesquisador é que deve ser o único responsável por elaborar seu problema de pesquisa, por ser o único capaz, em virtude do domínio da literatura ou do estado da arte de uma área, de elaborar um projeto atual.

Projetos assim elaborados levam em consideração quais são as necessidades ou questões necessárias para avanço do conhecimento científicos em determinada área – nos quais as populações entram apenas como laboratório para testagem de hipóteses científicas -, sem considerar as questões necessárias para avanço da cidadania da população em pesquisa.

São duas ordens de consideração bastante heterogêneas, a primeira tendo seu processo decisório decidido à margem das populações subalternizadas, e nas quais estas se encaixam apenas como objeto para testagem de hipóteses; a segunda, tem sua relevância científica, evidentemente, porém está em uma concepção de ciência que coloca as ferramentas científicas à serviço da comunidade, portanto, prioriza como objetos de indagação científica os fenômenos e processos sociais cujo conhecimento é necessário à garantia e efetivação da cidadania das populações envolvidas.

### **3 O trabalho de campo e o processo de subjetivação vivido pela comunidade**

A pesquisa que deu origem a estas reflexões tinha como objeto o processo de territorialização recente, iniciado em 2003, protagonizado pelo Quilombo do Rosa, uma comunidade remanescente quilombola na região norte da Amazônia Brasileira.

Este processo de territorialização é como caracterizo o esforço da comunidade para defesa de seu modo de vida, e de seu modo de reprodução sócio-territorial, face a sucessivas tentativas de expropriação territorial sofridas, violências contra os moradores, ações de grileiros e episódios de injustiça ambiental.

Para defender-se destas violências advindas de agentes externos, o quilombo adota um novo processo de territorialização e estratégias políticas para a defesa de seus direitos. Uma destas estratégias é o acionamento administrativo do processo de reconhecimento oficial como comunidade remanescente quilombola e de regularização jurídica de seu território, por intermédio do órgão do governo federal responsável, o INCRA.

Partindo de uma ontologia na qual originalmente as unidades eram “comunidades”, a comunidade do Rosa é chamada, para ter acesso às garantias legais disponibilizadas pelo Estado, a colocar em primeiro plano de sua identidade sua afrodescendência por meio da categoria de remanescente quilombola. Em minhas conclusões, não observo que houve mudança na subjetividade da comunidade em virtude da assunção de tal denominação; a comunidade apropriou-se deste conceito jurídico, que era um conceito novo em seu universo, dentro do conhecimento sobre seu passado. A expressão do Rosa sobre este aspecto é de que é uma comunidade que tem a “tradição quilombola”.

Como resultados, identificamos, sobre a primeira questão, que esta subjetivação se processa tendo que lidar com exigências oficiais, jurídicas e administrativas, para acesso à cidadania quilombola. Ou seja, se processa como parte da estratégia para acesso à cidadania, e suas garantias legais correspondentes.

A subjetivação em tela, compondo a identidade de remanescente quilombola, não substitui a subjetividade tradicional da comunidade, porém se agrega a esta de maneira específica, sendo acionada em momentos específicos, tornando-se apenas uma parte dela, sem suplantá-la. Tal subjetivação toma corpo como estratégia política específica e estratégia de territorialização, em ambas as faces destinada à efetivação da cidadania étnica e territorial. A identidade, assim, não se confunde com o ser mais profundo da comunidade, seu ethos e seu ethnos. A identidade trata-se de uma mediação entre o ser da comunidade e os atores com que se defronta, diante dos quais ela tem de usar uma linguagem compreensível a eles.

Significa uma aceitação do léxico colonial para nomear a si e ao seu universo cultural e territorial em termos de direitos e cidadania a ser garantida.

#### **4 Reflexões sobre a relação entre sujeito e pesquisador**

O trabalho cotidiano do pesquisador desenvolve-se em uma instituição. Deste modo, é um trabalho que tem uma diretriz, consciente ou inconsciente, marcada pela submissão ao poder institucional (FOUCAULT, 1979, 1987).

Sabemos, nas discussões de metodologia científica, que tanto hipóteses quanto instrumentos de pesquisa são formas de tornar conscientes e explícitas as indagações científicas dos pesquisadores, de forma a se orientarem por questões conscientes no procedimento de coleta de dados e também de outros pesquisadores acompanharem essa coleta, ou seja, dar transparência e verificabilidade ou falseabilidade para a pesquisa.

Todavia, mesmo com esses instrumentos, grande parte da pesquisa é conduzida com indagações ou curiosidades atuando a nível inconsciente nos pesquisadores. Estas indagações inconscientes são em geral estruturadas pela forma da submissão ao poder institucional, são busca de respostas a suposições do pesquisador sobre quais questionamentos a instituição (na academia, na forma do professor orientador ou da provável banca de avaliação) quer que ele responda, ou quais lhe trarão mais prestígio ou menos reprovações na avaliação final da pesquisa.

Estas questões de caráter inconsciente são responsáveis por grande parte da coleta de dados, mas sobretudo das etapas metodológicas não regidas, porque não passíveis de regência formal, dos processos de pesquisa: a interpretação dos dados e a seleção dos conceitos e argumentos – a construção da visão de mundo - da bibliografia de referência.

A submissão a este poder é evitável, porém varia conforme as condições individuais do pesquisador; entrar em relação com ele, alguma relação, é, todavia, inevitável. Deste modo, boa parte do conteúdo de uma pesquisa, eu diria, sua parte principal, é determinada pela submissão ou relação com um poder institucional.

Considerando isso, uma estratégia metodológica argumento aqui que a colocação da população em pesquisa nesta posição de poder ao qual se submeter ou com o qual se relacionar é mecanismo metodológico que pode contribuir para que as questões levantadas, os dados coletados e as reflexões (nos referenciais teóricos e revisões da literatura) realizadas estejam mais sintonizadas com a realidade da população em questão e o movimento interno que ela realiza para garantir seus direitos.

Esta colocação da população na posição de poder, antes ocupada pela instituição, desloca o horizonte da pesquisa e estabelece preocupações e questionamentos novos,

ausentes no modelo de relação exclusivo com a instituição onde se realiza a pesquisa e onde será avaliada o seu resultado.

O poder de avaliação do mérito da pesquisa tem de ser dado à população tanto quanto à instituição, não por performance moralista, mas como prescrição metodológica em ordem de obter resultados de pesquisa mais fidedignos. Ou seja, não por ser moralmente recomendável, mas por ser cientificamente acurado.

A avaliação do resultado da pesquisa feita pela população passa, dentre outros, pelos critérios da ética do pesquisador na coleta e na redação dos dados, pelos critérios de verossimilhança e fidedignidade na análise dos dados e nas conclusões realizadas.

### **5 Mapeando as expectativas da comunidade como prescrição metodológica**

Outra prescrição metodológica defendida aqui é a de mapear as expectativas da população e seus interesses em relação à pesquisa e incluir estas expectativas e interesses como objetivos constitutivos da própria pesquisa.

Esta classe de objetivos deve não só ser incorporada para ser alcançada e atendida ao longo da pesquisa, como deve ser incorporada para balizar a condução global da pesquisa e incidir sobre os demais objetivos.

Para a pesquisa com a comunidade base desta reflexão, eis alguns elementos discernidos neste mapeamento de expectativas e interesses:

O primeiro desses elementos veio de Erasmo, filho mais velho da matriarca, logo nos dias iniciais da pesquisa. Ao falarmos sobre a origem das comunidades negras rurais no Amapá, falávamos sobre o conhecimento que as comunidades tinham sobre a própria história e sobre a história da formação do estado e sobre a ausência de registros sobre essa história. Erasmo se posicionou dizendo que era deveria ser obrigação da Universidade Federal do estado do Amapá é que deveria fazer as pesquisas necessárias e contar essa história.

Um primeiro elemento, então, das expectativas e interesses da comunidade, que também é de uma exigência de cidadania, é o do trabalho da universidade em prol da documentação da história das comunidades, que, em outras palavras, é a história da população afrodescendente no Amapá.

O segundo elemento veio de Josielson, um dos filhos mais jovens da matriarca. Ao falarmos de fatos passados da comunidade, Josielson me contava o que lembrava e me dizia também sobre pessoas mais velhas da comunidade que poderiam ajudar a lembrar fatos mais antigos. Em seguida continuamos a conversa, até que em um

momento da conversa ele disse que essa pesquisa sobre o passado da comunidade com os mais idosos e a documentação disso, seria boa para a comunidade como um todo, porque desvendaria e registraria muitas coisas sobre a própria comunidade que nem todos sabem, compilando este conhecimento dos antigos e registrando-o de uma forma acessível a todos os moradores.

O terceiro elemento veio de Joelma, uma das filhas da matriarca. Quando concluí a primeira versão escrita da pesquisa, imprimi o texto com a foto de uma das moradias tradicionais da comunidade, quer era a moradia da avó de Joelma, quando esta estava viva. A reação de Joelma foi de se emocionar com a foto da casa de sua avó na capa do trabalho sobre sua comunidade. No meu entender, foi emoção por ver a casa de sua avó, por conseguinte, sua comunidade, representada de uma forma bela. O trabalho científico pode assim incluir como objetivo a representação textual ou imagética, artística ou bela da comunidade. A representação de uma forma bela contribui na autoestima da comunidade, na conquista da simpatia externamente e deixa como legado uma representação da comunidade que dê orgulho a ela.

### **Considerações finais**

Sobre a segunda questão, propõe-se, conforme foi a experiência de pesquisa, na construção da relação entre pesquisador e sujeitos, uma inserção do pesquisador na comunidade mediada pela sensibilidade constante quanto ao que a comunidade entenda que seja o pesquisador e seu trabalho, e o que a comunidade espera de seu trabalho. Evidentemente que o pesquisador pode ao longo do trabalho, explicar à comunidade sobre seu trabalho, porém deve buscar saber qual a compreensão que a comunidade tem dele, e atuar, no mínimo, atendendo esta compreensão. A diretriz ética para a pesquisa não deve ser a busca, custe o que custar, pela *verdade*, porém a da prestação de um serviço para a comunidade, que tem sua especificidade, seu grau de especialização e deve ter sua autonomia, mas deve respeitar e buscar atender as expectativas da comunidade – evidentemente não sobre os resultados da pesquisa, porém sobre os assuntos a serem pesquisados.

Superada a barreira da aceitação do pesquisador pela comunidade, um grau maior de sua aceitação leva a um ponto em que a intimidade com os moradores muda ou acrescenta o tom de algumas conversas, de relatos para confissões. Diante disto, novas questões que se colocam, especialmente a daquela de como selecionar e decidir sobre o que, das palavras ouvidas, será trazido para o campo de reflexão da pesquisa. Se

tomarmos como caracterizador do ofício de pesquisador o *ethos* da busca pela verdade, a riqueza das narrativas e imagens acessadas quando se atinge a relação de intimidade é muito valiosa em termos heurísticos. Todavia, cabe a pergunta sobre o direito do pesquisador publicar estas narrativas ou mesmo incluí-las em suas pesquisas. A pergunta de fundo que se deve responder neste dilema é se a ética da busca pela verdade tem prioridade em relação à ética da horizontalidade entre pesquisador e pesquisado.

Numa prática científica decolonial, a horizontalidade entre pesquisador e pesquisado deve prevalecer. A ética da busca irrestrita pela verdade assenta-se sobre uma relação de verticalidade entre pesquisador e pesquisado, em que a decisão final sobre temas de investigação e seleção cabe somente ao pesquisador, guiado pela diretriz desta busca pela verdade e de uma hierarquia de qualidade do material empírico alcançado, em que tanto mais valioso este, maior será a capacidade do pesquisador. A não participação do pesquisado na definição dos temas e na seleção das narrativas a serem publicadas indica o silenciamento da voz deste na relação de pesquisa. A assertiva sobre a impossibilidade de o subalterno falar atualiza-se aqui, impondo ao pesquisado, no ato do silenciamento, a condição subalterna.

Se esta acepção parece colocar em questão o conceito de autonomia do pesquisador, talvez seja este o momento de este conceito ser revisto, porque não cabe em uma ciência decolonial uma autonomia que seja usada ora para atualizar uma subordinação sobre os sujeitos, ora para atender puramente a curiosidade do pesquisador individual, ora para produzir pesquisas sem sentido social nenhum.

## **Referências**

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016, p. 25-49.

MOMBAÇA, Jota. **Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala**. 2017. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>. Acesso em 6 de outubro de 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 133p., 2010 [1985].